

ANTONIO EVANGELISTA DE SOUZA NETTO

SAMANTHA MENDES LONGO

A RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL

**E OS MÉTODOS ADEQUADOS DE
SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

JÁ COM A RECOMENDAÇÃO CNJ 71/2020 SOBRE CEJUSC EMPRESARIAL



PAIXAOEDITORES.COM

Porto Alegre, 2020

Copyright © 2020 Paixão Editores

1ª Edição – Agosto de 2020

1184144

S729r Souza Netto, Antonio Evangelista de
A recuperação empresarial e os métodos adequados
de solução de conflitos / Antonio Evangelista de Souza
Netto e Samantha Mendes Longo. – Porto Alegre :
Paixão, 2020.

15,5x22,5 cm. : 206 p.
ISBN 978-65-86827-06-4

1. Direito. 2. Direito societário. 3. Recuperação de
empresa. I. Longo, Samantha Mendes. II. Título.

CDU 347.72.032

Catálogo na publicação: Leandro Augusto dos Santos Lima –
CRB 10/1273

Capa: Giselle Vargas

Projeto Gráfico: Rosane Guedes

Revisão: Paula Nardelli Pinto Barbosa

Todos os direitos reservados. É expressamente proibida
a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio
ou processo, sem a prévia autorização do editor.
(Lei 9.610, de 19.02.1998 - DOU 20.02.98)


PAIXÃO
EDITORES
EDITORA IMPRESSA E DIGITAL

PAIXÃO EDITORES LTDA.
CNPJ 94.352.432/0001-05
Diretora: Ana Maria C. Paixão
Alameda Coelho Netto, 20 sl. 409
Porto Alegre RS 91340-340
+51 3022.8367
+51 99153.1509
paixaoeditores@paixaoeditores.com
www.paixaoeditores.com

SUMÁRIO

17 **CAPÍTULO 1 - O CONFLITO COMO FENÔMENO
INERENTE AO CONVÍVIO SOCIAL E A BUSCA
POR SUA SOLUÇÃO PACÍFICA**

26 **CAPÍTULO 2 - MEIOS PARA A SOLUÇÃO
DE CONTROVÉRSIAS**

2.1 Autotutela, 27

2.2 Autocomposição, 27

2.2.1 Negociação, 28

2.2.2 Conciliação, 30

2.2.3 Mediação, 31

2.3 Heterocomposição, 33

38 **CAPÍTULO 3 - JURISDIÇÃO**

46 **CAPÍTULO 4 - MÉTODOS ALTERNATIVOS
À JURISDIÇÃO**

4.1 Ensino jurídico, 47

4.2 O Código de Processo Civil, 49

4.3 Mudança cultural, 54

56 **CAPÍTULO 5 - MEDIAÇÃO**

- 5.1 Evolução histórica, 57
- 5.2 Conceito, 59
- 5.3 Modalidades de Mediação, 62
 - 5.3.1 Mediação facilitadora ou mediação facilitativa, 62
 - 5.3.2 Mediação avaliadora ou mediação avaliativa, 63
 - 5.3.3 Mediação transformativa, 64
 - 5.3.4 Mediação adaptativa, 64
 - 5.3.5 Mediação narrativa, 65
 - 5.3.6 Mediação como negociação assistida, 65
- 5.4 A Lei nº 13.140/2015, 66
 - 5.4.1 Princípios da mediação, 66
 - 5.4.2 Mediadores, 67
 - 5.4.3 Do procedimento de mediação, 69
 - 5.4.4 Mediação extrajudicial, 71
 - 5.4.5 Mediação judicial, 73
 - 5.4.6 Autocomposição com o Poder Público, 74
- 5.5 Benefícios, 78
- 5.6 Resolução Online de Disputas, 79

85 **CAPÍTULO 6 - A RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL**

- 6.1 Crise da empresa e objetivo da recuperação empresarial, 86
- 6.2 Pressupostos da recuperação de empresas, 93
 - 6.2.1 Devedor empresário e a Teoria da Empresa, 93
 - 6.2.2 Empresa e empresário, 97

- 6.2.3 Atividades rurais, 100
- 6.2.4 Regime jurídico empresarial, 101
- 6.2.5 Empresários excluídos da incidência da LFRE, 101
- 6.3 Princípios da recuperação de empresas, 104
 - 6.3.1 Princípio da preservação da empresa, 104
 - 6.3.2 Princípio da *par conditio creditorum*, 106
 - 6.3.3 Princípio da maximização dos ativos, 108
- 6.4 Competência na recuperação de empresas, 109
- 6.5 Juízo universal, 109
- 6.6 Órgãos da recuperação judicial, 111
 - 6.6.1 Administrador Judicial (AJ), 112
 - 6.6.2 Comitê de credores, 112
 - 6.6.3 Assembleia Geral de Credores (AGC), 114
- 6.7 Procedimento da recuperação judicial, 116
- 6.8 Créditos sujeitos à recuperação judicial, 120
- 6.9 Créditos não sujeitos à recuperação judicial, 123
- 6.10 Meios de recuperação judicial, 126
- 6.11 Plano de recuperação judicial para microempresas e empresas de pequeno porte, 127
- 6.12 Controle jurisdicional do plano de recuperação judicial, 128
- 6.13 *Cram down*, 130
- 6.14 Período de supervisão judicial, 132
- 6.15 Encerramento da recuperação judicial, 138
- 6.16 Convolação da recuperação judicial em falência, 139

- 6.17 Recuperação Extrajudicial, 140
 - 6.17.1 Requisitos da recuperação extrajudicial, 141
 - 6.17.2 Créditos não sujeitos à recuperação extrajudicial, 141
 - 6.17.3 Procedimento da recuperação extrajudicial, 142

144 **CAPÍTULO 7 - O USO DA MEDIAÇÃO EM PROCESSOS DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E FALÊNCIAS**

160 **CAPÍTULO 8 - A RECOMENDAÇÃO Nº 58/2019 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**

- 8.1 Partes na mediação, 163
- 8.2 Hipóteses de uso da mediação, 164
- 8.3 Incidentes de verificação de crédito, 164
- 8.4 Aprovação do plano de recuperação judicial, 166
- 8.5 Consolidação processual e substancial, 170
- 8.6 Disputas entre os sócios/acionistas do devedor, 173
- 8.7 Participação das agências reguladoras, 174
- 8.8 Credores extraconcursais, 175
- 8.9 Mediador, 176
- 8.10 Modalidades, incentivo e suspensão de prazos, 179

181 **CAPÍTULO 9 - RECENTES MEDIDAS EM PROL DA AUTOCOMPOSIÇÃO NA RECUPERAÇÃO EMPRESARIAL**

- 9.1 Criação do CEJUSC Recuperação Empresarial pelo Tribunal de Justiça do Paraná, 186



- 9.2 Projeto Piloto de Conciliação e Mediação Empresarial no Tribunal de Justiça de São Paulo, 187
- 9.3 Regime Especial de tratamento de conflitos relativos à recuperação empresarial e falência (RER) no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, 189
- 9.4 Projeto de Lei nº 1.397/2020, 191
 - 9.4.1 A Suspensão Legal, 193
 - 9.4.2 Negociação preventiva, 195
- 9.5 A Recomendação 71/2020 do Conselho Nacional de Justiça, 197

201 BIBLIOGRAFIA